



Universidades Lusíada

Negreiros, Maria Augusta Geraldes, 1941-2003

Ética profissional

<http://hdl.handle.net/11067/4081>

Metadados

| | |
|---------------------------|---|
| Data de Publicação | 1999 |
| Palavras Chave | Serviço social - Aspectos morais e éticos, Assistentes sociais - Ética profissional |
| Tipo | article |
| Revisão de Pares | no |
| Coleções | [ULL-ISSSL] IS, n. 19 (1999) |

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:21:19Z com informação proveniente do Repositório

ÉTICA PROFISSIONAL ¹

*Maria Augusta Geraldês Negreiros **

Em primeiro lugar queria agradecer à Direcção da Associação de Profissionais de Serviço Social, o amável convite para apresentar uma breve comunicação nesta sessão e dizer que é com todo o gosto que participo neste Seminário.

Após me interrogar sobre que reflexões transmitir a uma assembleia de profissionais de serviço social que se debruça sobre a temática da *Deontologia e Estatuto Profissional*, gostaria de referir algumas ideias que neste quadro se me afiguram pertinentes.

Estando o Assistente Social, no exercício profissional, vinculado a organismos públicos e privados, onde desempenha funções de suporte à racionalização do funcionamento dos serviços e de operacionalização dos serviços sociais à população, exerce assim, junto dessas entidades, *funções técnicas* propriamente ditas.

Verificamos que em termos de demanda atribuída, ele é chamado, também, a constituir-se no *agente intelectual* de “linha da frente” nas relações entre instituição e população, entre os serviços prestados e a solicitação desses mesmos serviços pelos utentes (Iamamoto, 1992). Aqui ele dispõe do poder atribuído institucionalmente, de seleccionar os que têm direito a participar no acesso à distribuição de recursos, aos programas sociais, aos apoios institucionais, etc.

Para além da vinculação institucional que o condiciona e viabiliza, o Serviço Social aparece como uma das formas institucionalizadas de actuação das relações entre os homens no quotidiano da vida social e utiliza como um recurso fundamental no seu trabalho a *linguagem*. É um profissional percebido como tendo capacidades treinadas para manejar e se movimentar em vários códigos: sociais, culturais, comunicacionais e institucionais (Negreiros, 1995).

¹ Comunicação apresentada no Seminário “Deontologia e Estatuto Profissional dos Assistentes Sociais” organizado pela APSS - Associação de Profissionais de Serviço Social, em 2 e 3 de Março de 1998.

* Doutorada em Serviço Social, Docente no ISSSL, Coordenadora do Núcleo de Pós-Graduação Académica.

Esta profissão foi ainda, ao longo do seu percurso, construindo e sistematizando conhecimentos e práticas que, hoje, em termos de actuação profissional, poderemos particularizar como uma acção de cunho sócio-educativo ou socializadora, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos e que incide tanto sobre questões imediatas, como sobre a visão do mundo dos clientes (Iamamoto, 1992). Exercendo assim, esta profissão, um trabalho complexo de relacionar, correlacionar, propor, acompanhar, avaliar e implicar-se em trajectórias e estratégias (Faleiros, 1994). Donde resulta a atribuição de uma competência própria - a mediação social.

Esta mediação pode ser entendida como mediação organizacional, mediação institucional e mediação simbólica. Mediação organizacional, interna à própria organização, pressupõe processos comunicacionais e a estruturação de sistemas de alianças; mediação institucional, externa entre a instituição e a população, pode significar a construção e identificação de necessidades sociais, e a gestão e execução de políticas sociais, implicando negociação e processos de tomada de decisão (Negreiros, 1993); e, mediação simbólica, que pressupõe a construção de sociabilidades e de identificações sociais, processos de discussão e implementação dos direitos de cidadania, articulação de culturas, informações, linguagens no quotidiano de vida das populações (Negreiros, 1995), estabelecendo a mediação entre “*o mundo dos sistemas e o mundo da vida*” (Habermas, 1987).

Pelo que acabamos de expor podemos concluir que esta profissão para se exercer requer uma gama de saberes, e de “saber fazer”, e portanto um domínio e constante aprofundamento a nível do conhecimento, da técnica, e da ética.

Se a dimensão ética está presente em todos os processos de relacionamento humano, ela deve ser uma forte componente no quadro do exercício das profissões, enquanto prestadoras de serviços. E, ainda mais, em profissões como o serviço social, que, como vimos, tem, para além da prestação de serviços, uma forte componente relacional e de mediação.

Poderemos então interrogarmo-nos sobre que ética ou éticas para o Serviço Social?

Sendo esta uma profissão que trabalha no terreno político, da “*Polis*”, das políticas sociais, da distribuição de recursos, dos direitos de cidadania, com sujeitos autónomos ou trabalhando processos de autonomia, eu diria que se torna necessário aprofundar, trabalhar e retrabalhar a *Ética da Justiça* (Nagel, 1998). Mas o Serviço Social trabalha também com sujeitos, pessoas e grupos dependentes, fragilizados, desprovidos (os idosos, os deficientes, os doentes, os diversos tipos de marginalizados, as vítimas de violência etc.), com os quais se torna necessário desenvolver e trabalhar um outro tipo de ética - a *Ética do Cuidar*, designada por Carol Gilligan “*the ethic of care*” (Gilligan, 1982), ou ainda para outros *ética da solicitude* (Baier, 1994; Fagot-Largeaut, 1998; Munoz-Dardé, 1998), e que significa, simultaneamente, o sentimento moral de solicitude

e o trabalho de cuidar os outros.

Esta forma de ética torna-se importante e necessária para o Serviço Social pela capacidade de articular as responsabilidades para com os outros - cidadãos utentes, e encontrar soluções não abstractas e universais mas concretas e particularizadas. O que muitas vezes se joga num domínio dito do “privado” e como tal também normalmente considerado para além das regras da justiça.

E, porque esta profissão nos vários domínios do seu exercício actua como vimos, através da relação, da mediação e da linguagem, desenvolve uma “*actividade comunicacional*” a qual, segundo Habermas (Habermas, 1987), só ela é produtora de sentido, pois, sendo uma actividade *reflexiva*, produz no outro a *interpretação* da experiência social, podendo assim estabelecer *que vale socialmente na intersubjectividade*: representações colectivas, imagens do mundo, normas sociais (no sentido de significações socialmente instituídas) valores morais, símbolos linguísticos, legitimações políticas, etc. (Ferry, 1987). Por tudo isto torna-se então necessário, quanto a nós, trabalhar, desenvolver e aprofundar, a *Ética da Comunicação*.

Ética da Justiça, Ética do Cuidar e Ética da Comunicação, esferas da Ética que identificamos e reconhecemos como fundamentais para a profissão de Serviço Social, mas que se nos afigura necessário constituírem-se num desafio à investigação, análise, e conceptualização, para as estruturas universitárias de formação - os ISSS, em articulação com a experiência social da profissão.

Foi este o terreno em que nos colocámos, o qual, perspectivando as tendências do desenvolvimento da profissão na actualidade, tem subjacente uma análise crítica do “espartilho” do individualismo liberal que fundamentou e reduziu as questões da deontologia profissional à sua dimensão interpessoal. O que, deixando de responder às questões com que se vem defrontando hoje a profissão, relegou para segundo plano a ética profissional, como uma esfera que se confunde com a ética pessoal, parecendo não necessitar de outro nível de elaboração teórica ou de aprendizagem específica (Ogien, 1998).

Pela análise apresentada, e pelas dimensões social e política que comporta a ética profissional, e sua interferência no desempenho da profissão, infere-se da complexidade destas questões, e a necessidade de serem actualmente trabalhadas com a importância que merecem.

Bibliografia

- BAIER, Annette (1998) - *Moral Prejudices: Essays on Ethics*, Harvard University Press, Cambridge 1994. e
FAGOT-LARGEAULT, A. "L'éthique et la médecine", e MUNOZ-DARDÉ, V. "Une éthique des femmes?" in
Magazine Littéraire, n^o 361, Janeiro
- FALEIROS, V.P. (1994) - "Serviço Social: trajectórias e estratégias" *Intervenção Social*, n^o 9, ISSS, Lisboa
- GILLIGAN, Carol (1982) - *In a different voice: Psychological Theory and Women's Development*, Harvard
University Press, Cambridge Mass
- HABERMAS, J. e Ferry, M. (1987) - *L'éthique de la communication*, Puf, Paris
- HABERMAS, J. (1987) - *Theorie de l' Agir Communicationel*, Tome 1, Fayard, Paris
- HABERMAS, J. (1987) - *Theorie de l' Agir Communicationel*, Tome 2, Fayard, Paris
- IAMAMOTO, M. (1992) - *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social - ensaios críticos*, Cortez Editora, São
Paulo
- NAGEL, T. (1998) - "La Liberté sous contraintes", e M. Walzer "Pour une Théorie de la Justice distributrice" in
Magazine Littéraire, n^o 361, Jan.
- NEGREIROS, M. A. (1993) - "Estado e Profissões" *Intervenção Social* n^o 8, ISSS, Lisboa
- NEGREIROS, M. A. (1995) - *As Representações Sociais da Profissão de Serviço Social - uma análise empírica
em contexto autárquico*, ISSSL, Lisboa
- OGIEN, R. (1998) - "Qui a Peur des Theories Morales?" in *Magazine Littéraire*, n^o 361, Janeiro